

RESUMO EXPANDIDO

AVALIAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM SAPEAÇU-BA

AUTORIA:

ANA PAULA DA PAIXÃO DA SILVA¹

ORIENTAÇÃO:

ALESSANDRA SANTANA SILVA²

¹ Graduanda em Nutrição pela Faculdade Maria Milza

² Nutricionista e docente da Faculdade Maria Milza

RESUMO

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definido em 2006 pela Lei Orgânica N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, como o direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que comprometa o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade e sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental. Esse estudo teve como objetivo identificar os níveis de insegurança alimentar e nutricional de famílias residentes no município de Sapeaçu– Ba. Trata-se de um estudo de corte transversal, realizado em maio de 2020, por meio de questionário online disponibilizado na plataforma Google Docs. O questionário da EBIA, utilizado para avaliar os níveis de insegurança alimentar, conteve catorze perguntas, sendo sete delas direcionadas a famílias que continham membros menores de 18 anos. Maior parte das famílias que não possuem menores de 18 anos pertencem à classe de segurança alimentar, seguido de insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave e insegurança alimentar moderada enquanto que nas famílias que possuem menores de 18 anos de idade, não houve diferença significativa nas quantidades de pessoas classificadas em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave, seguido por insegurança alimentar moderada, a qual foi a minoria. O questionário da EBIA é relevante para a realização do diagnóstico de insegurança alimentar, e fatores associados como escolaridade, idade e local de residência foram importantes para a constatação dos resultados encontrados. No entanto, faz-se necessária a atuação do Estado, a fim de garantir o acesso de todos à segurança alimentar e nutricional.

INTRODUÇÃO

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definido em 2006 pela Lei Orgânica N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, como o direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que comprometa o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade e sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental. As dimensões da SAN, abrangem desde a garantia ao acesso ao alimento até a qualidade dos componentes da dieta, bem como a forma que aquele nutriente será aproveitado pelo organismo. A adesão a SAN envolve também a garantia de outras necessidades essenciais, como saúde, educação e moradia.

Segundo a FAO/OMS, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, após realizar grandes avanços em SAN. Considera-se que o desenvolvimento de políticas públicas contribuiu positivamente para este avanço, tais como valorização do real, geração de empregos, expansão do Programa Bolsa Família e a valorização das ações da agricultura familiar, com o intuito de promover segurança alimentar e nutricional. Embora a fome seja

considerada um problema de fácil resolução e a alimentação, um direito de todos, ainda há uma quantidade exacerbada de pessoas com fome no mundo. Nesse sentido, a Insegurança Alimentar ainda é uma questão importante e atual.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) mede de forma direta a segurança alimentar e nutricional, sendo um instrumento de alta validade para o diagnóstico de insegurança alimentar no Brasil.

A EBIA é capaz de medir a insegurança alimentar por meio da vivência das famílias, por meio de questionamentos que envolvem desde o acesso ao alimento até a experiência com a fome.

Portanto, esse estudo teve como objetivo identificar os níveis de insegurança alimentar e nutricional de famílias residentes no município de Sapeaçu-Ba.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de corte transversal, realizado em maio de 2020, por meio de questionário online disponibilizado na plataforma Google Docs e compartilhado por meio de link, o qual

apresentava uma breve introdução do que se tratava a pesquisa.

O questionário da EBIA, utilizado para avaliar os níveis de insegurança alimentar, conteve catorze perguntas, sendo sete delas direcionadas a famílias que continham membros menores de 18 anos. Além das perguntas provenientes da EBIA, os participantes foram questionados a respeito da idade, sexo, estado civil, escolaridade, filhos e local de moradia – Zona Rural ou Zona Urbana. Os resultados foram interpretados com auxílio do programa Microsoft Excel.

RESULTADOS

Dos vinte e um participantes da pesquisa, dezoito eram mulheres e três homens. Maior parte dos entrevistados cursavam o ensino superior, moravam com os pais, não tinham filhos e residiam na zona rural. A variação na faixa de idade esteve entre 15 e 39 anos.

A situação relatada pelos entrevistados, indicou que a maioria das famílias que não possuem menores de 18 anos pertencem à classe de segurança alimentar, seguido de insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave e

insegurança alimentar moderada.

Concernindo às famílias que possuem menores de 18 anos de idade, não houve diferença nas quantidades de pessoas classificadas em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave, seguido por insegurança alimentar moderada, a qual foi a minoria.

De modo geral, observa-se que uma pequena parcela dos entrevistados sofreu restrições alimentares, tal como deixar de fazer alguma refeição, passar o dia inteiro sem se alimentar, ou não poder usufruir de uma refeição variada e saudável em razão da ausência de dinheiro.

Houve variação quanto à equivalência dos resultados, ao comparar famílias que possuem menores de 18 anos de idade e as que não possuem, indicando que a restrição alimentar foi mais significativa nas moradias que possuem menores de idade.

DISCUSSÃO

Josué de Castro referiu-se à fome em 1956 como sendo um fenômeno social generalizado, uma realidade extensa, que não deveria ser escondida dos olhos do mundo.

Nesse sentido, os entrevistados quando orientados a relatar o que, para eles significava a palavra fome, muitos descreveram a fome como “um processo fisiológico no qual o indivíduo precisa repor nutrientes para manter o bom funcionamento do organismo e se manter de pé ao acabar a reserva energética”, “muito além da vontade de comer”, “necessidade, carência e vazio a ser preenchido” e até “miséria”.

Dessa forma, o conceito e a percepção da fome variam de indivíduo para indivíduo e pode estar diretamente relacionada com o grau de insegurança alimentar em que cada um se encontra.

O presente estudo, verificou prevalência de insegurança alimentar entre as famílias avaliadas (57% em famílias em que todos os integrantes são maiores de 18 anos de idade e 72% em famílias que possuía um ou mais componentes com menos de 18 anos de idade). Tal resultado, expõe essas famílias ao risco de vulnerabilidade social e ao risco de retardo no crescimento e desenvolvimento das crianças.

O resultado evidenciado não exclui a associação com a escolaridade, uma vez que a predominância foi ensino superior

incompleto e, nesse caso, o indivíduo é mais favorável à inserção no mercado de trabalho com remuneração digna, o que contribui para a aquisição de alimentos de qualidade, concebendo assim, a uma alimentação variada e adequada. Mas, isso não garante que os familiares tenham acesso ao emprego.

Relativo à faixa etária, maior parte dos entrevistados pertencentes à classe de insegurança alimentar, tinham idade entre 15 e 29 anos. Para Dias et al (2020), isso é explicado pelo fato de pessoas com idades mais avançadas geralmente terem maior estabilidade financeira.

Com relação ao local de residência, foi demonstrado que as maiores situações de segurança alimentar e insegurança alimentar leve ocorreram em residências localizadas na zona rural. Marín-Leon et al (2011) e Rocha, Lima e Almeida (2014) sugerem que esse resultado está relacionado com a produção de alimentos, advindos da própria agricultura familiar, além do menor custo de vida, se comparado às famílias da cidade.

Esse resultado se traduz em avanços, já que anteriormente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam que parte das pessoas em

extrema pobreza no Brasil, residiam na zona rural.

Outros autores que buscaram evidenciar fatores associados com insegurança alimentar também encontraram resultados significativos acerca de níveis socioeconômicos. O estudo de Nunes, Cruz e Pinho (2014) mostrou prevalência de insegurança alimentar em 72% das famílias, das quais metade eram representadas apenas por mulheres, a escolaridade média limitava-se a ensino fundamental incompleto e viviam em situação crítica de pobreza.

Dias et al (2020) relataram que 35,2% das famílias encontravam-se em insegurança alimentar, sendo que os números foram excedentes onde os responsáveis não eram casados e tinham baixa escolaridade.

CONCLUSÃO

Portanto, sugere-se que o questionário da EBIA é relevante para a realização do diagnóstico de insegurança alimentar.

Fatores associados como escolaridade, idade e local de residência

foram importantes para a constatação dos resultados encontrados.

Referente à insegurança alimentar grave, é notório que avanços na agricultura familiar contribuiu positivamente para que moradores da zona rural, no geral, sejam menos vulneráveis à experiência com a fome.

Por fim, conclui-se que a garantia ao acesso à segurança alimentar e nutricional é de inteira responsabilidade do Estado, o qual deve acatar medidas que promovam qualidade de vida aos cidadãos, tais como investimento em saneamento básico, emprego, saúde e educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF, 2014.

CAMPELO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. **O Brasil Sem Miséria**. 1. ed. Brasília, 2014

CASTRO, J. D. **Geografia da Fome**. 10. ed. Antares: Rio de Janeiro, 1984.

DIAS *et al*. Insegurança alimentar em um município do extremo sul do Rio Grande do Sul,

2016: um estudo de base populacional. n. 29(2), p. 1-11, 2020.

MARIN-LEON, L. *et al.* Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. n. 14(3), p. 398-410, 2011.

NUNES, T. S.; CRUZ, J. M. G.; PINHO, L. D.; Avaliação da segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Nutrire**. n. 39(2), p. 233-242, 2014;

PEIXOTO *et al.* Insegurança alimentar na área de abrangência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Itumbiara, Goiás. **Epidemiol. Serv. Saúde**. n. 23(3), p. 327-336, 2014.

ROCHA, E. M. B.; LIMA, R. T.; ALMEIDA, P. C. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Cad. Saúde Colet**. n. 22(2), p. 205-211, 2014.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em familiares com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**. n. 24(4), p. 739-748, 2015.